COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

SUBSTITUTIVO ADOTADO AO PROJETO DE LEI Nº 503, DE 2024

Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para ampliar o rol de titulação acadêmica para o exercício do cargo de diretor de estabelecimento prisional e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.	75.	 							

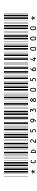
- I ser portador de diploma de curso de nível superior de escolaridade:
- a) em Direito, Psicologia, Ciências Sociais, Pedagogia, Serviço Social, Segurança Pública, Gestão Penitenciária ou Serviços Penais; ou
- b) correlato aos da alínea 'a', desde que a temática seja voltada à segurança pública ou à administração penitenciária.

• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •	• • • • • • • • • • • • • • • • • • • •

IV – ser policial penal de carreira.

Parágrafo único. O diploma de nível superior exigido pode ser de graduação, nas modalidades de licenciatura ou





SBT-A I CSPCCO => PL 503/2024

SBT-A I CSPCCO => PL 503/2024

SBT-A N.1

bacharelado, de pós-graduação ou de tecnólogo e ter sido cursado na modalidade presencial, semipresencial ou educação à distância (EAD), desde que sua carga horária seja igual ou superior a 1.605 (mil seiscentas e cinco) horas e devidamente reconhecido." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 17 de junho de 2025.

Deputado Delegado Paulo Bilynskyj Presidente



